



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Cooperativa de SC aplica R\$ 22,4 milhões no RS

Recurso financiado pelo BRDE será usado em projeto em Nova Prata

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Copercampos, de Santa Catarina, celebraram ontem uma operação de crédito para implantação de uma unidade de recebimento e beneficiamento de grãos no município de Nova Prata (RS). A estrutura terá capacidade instalada de 16,7 toneladas. O banco irá financiar R\$ 22,4 milhões para o projeto, recursos operacionalizados junto ao Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). A operação é a primeira realizada no Brasil por um banco de fomento com o NDB. As informações são da assessoria de imprensa do BRDE.

O projeto de investimento na unidade da Copercampos permite capacidade de 12,9 mil toneladas nos dois silos armazenadores, mais 3,4 mil toneladas do armazém, para armazenagem de grãos, sementes e insumos, com área construída de 1.500 m². Como parte integrante da unidade, serão também instalados dois silos-pulmão com capacidade de 988 toneladas cada e mais um silo de expedição de 82 toneladas. “Essa primeira operação com o NDB foca em uma área prioritária ao setor primário do Rio Grande do Sul. Ampliar a capacidade de armazenagem significa maiores ganhos ao nosso produtor”, destacou o vice-presidente e diretor de



COPERCAMPOS/DIVULGAÇÃO/JC

Investimento ampliará estrutura atual da cooperativa na Serra Gaúcha

Operações do BRDE, Ranolfo Vieira Júnior.

A cooperativa tem matriz em Campos Novos, município no meio-oeste catarinense. Por este motivo, o termo de celebração do contrato ocorreu na sede do banco em Florianópolis e contou com as presenças do diretor-presidente do BRDE, João Paulo Kleinübing, e do presidente da Copercampos, Luiz Carlos Chiocca. Além de Nova Prata, a cooperativa tem unidades em outros nove municípios gaúchos.

O diretor de Planejamento, Otomar Vivian, destaca que o BRDE vem ampliando sua parceria com instituições internacionais, o que permite a oferta de linhas de crédito sempre adequa-

da a cada segmento. “Desta maneira, o BRDE consegue aumentar sua participação nos investimentos mais estratégicos da região Sul, além de atender a demanda dos municípios nos projetos de infraestrutura”, observou o diretor.

A autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) permite ao banco captar volumes de cerca de R\$ 2 bilhões, aumentando sua capacidade de oferta de crédito. Os novos fundings têm como origem operações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ligado ao Banco Mundial.

Embarque de carne de frango cai 1,9% no 1º semestre

O volume de carne de frango in natura e em produtos processados do RS enviados para o exterior somaram 372,5 mil toneladas de janeiro a junho, 1,9% a menos do que foi enviado no mesmo período do ano passado, de 379,9 mil toneladas. Já o faturamento teve alta de 2,6%, alcançando US\$ 759,4 milhões. As informações foram divulgadas pela Organização Avícola do Rio Grande do Sul.

Conforme levantamento da entidade, o mês de junho seguiu a tendência e fechou com 63 mil toneladas, menos 13,5% em relação ao mesmo período de 2022. A receita passou de US\$ 153,4 milhões para US\$ 129,6 milhões, redução de 15,5% em 12 meses.

Para o presidente executivo da organização, José Eduardo dos

Santos, uma conjugação de fatores vem afetando o setor avícola gaúcho há, pelo menos, dois anos. Entretanto, a indústria de produção de carne de frango tem sido mais atingida. “A perda de competitividade no mercado interno, a economia instável desacelerando o consumo, o endividamento e as altas taxas de juros que recaem sobre a indústria estão deixando este segmento da avicultura com os alicerces abalados”, relata.

O dirigente ressalta que mesmo com os resultados das exportações ligeiramente estáveis, o setor enfrenta dificuldades no mercado interno, pela falta de programas econômicos efetivos e pela necessidade de medidas de equilíbrio competitivo. “É chegado o momento em que governos estadual e federal, além das instituições ban-

ciárias, precisam encontrar uma forma emergencial de amparo à indústria de proteína animal que muito contribuiu, e contribui, com o desenvolvimento econômico e social do Estado e de muitos outros setores da economia”.

De janeiro a junho, as exportações brasileiras de carne de frango (considerando todos os produtos, entre in natura e processados) totalizaram 2,269 milhões de toneladas, conforme dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). O número supera em 8,5% o total exportado no primeiro semestre de 2022, com 2,423 milhões de toneladas. O resultado em dólares das exportações do período apurado chegou a US\$ 5,1 bilhões, número 9,3% superior ao alcançado no primeiro semestre do ano passado, com US\$ 4,7 bilhões.

Atenção no seguro

Gerson Anzzulin
atencaonoseguro@gmail.com

Atenção no seguro

INFORME PUBLICITÁRIO

O avanço perigoso das associações veiculares no Brasil

Nos últimos anos ocorreu no país a proliferação das chamadas associações veiculares. Com o atrativo do baixo custo, estas associações oferecem a chamada proteção veicular, um produto com formato de seguro, mas que na realidade não é um seguro. Em muitas oportunidades, os consumidores acabam lesados e não recebem as indenizações ofertadas.



FOTO GLAUCE CARVALHAL - CRÉDITO: DIVULGAÇÃO CNSEG

Glauce Carvalho: “Consumidores são prejudicados com a proteção veicular”

De acordo com a diretora jurídica da Confederação Nacional das Seguradoras, Glauce Carvalho, este é um assunto que preocupa a entidade, sendo que a Superintendência de Seguros Privados vem fazendo um trabalho de combate destas práticas através de ações civis públicas. “A CNseg vem participando destes processos, levando elementos técnicos e jurídicos. O objetivo é mostrar ao judiciário brasileiro que esta prática, além de nefasta, é ilegal e pode se constituir em crime contra o sistema financeiro nacional” afirmou.

Quanto às diferenças entre o seguro auto e proteção veicular, Glauce Carvalho disse que toda vez que o consumidor pensar em contratar um produto desta natureza, deve buscar informações junto ao site da Susep. “Primeiro, deve saber se a associação tem registro e autorização para vender seguros. A diferença básica é a autorização para operar. Uma seguradora tem autorização para operar e a associação não tem”, alertou.

Além deste fato, a diretora jurídica da Confederação lembra que as associações não são reguladas, não seguem as regras de proteção e defesa do consumidor e não recolhem tributos. “Sem autorização, estão atuando de forma irregular, não têm as garantias que uma seguradora possui, não tem regras de governança, de compliance e não tem garantias de pagamento das obrigações assumidas” ressaltou.

Em relação a divulgação, Carvalho destacou que as associações se utilizam de nomenclaturas semelhantes as do seguro. “Se fala em prêmio, sinistro, coberturas, indenizações parcial e integral. Isto tem o objetivo de levar o consumidor a crer que está consumindo algo semelhante ao seguro. Trata-se de publicidade enganosa”. Ressaltou.

A estimativa preliminar da CNseg é de que existam em atuação no território nacional aproximadamente 687 associações veiculares, abrangendo 4,5 milhões de veículos em tese protegidos, com uma arrecadação anual na casa de R\$ 8 bilhões. “Em função da falta de transparência deste negócio, não conseguimos obter dados precisos, mas é evidente que existe evasão de divisas com a atuação destas associações”, concluiu.

Os consumidores interessados em esclarecer as dúvidas sobre as diferenças entre seguro auto e proteção veicular podem acessar o seguinte site: seguroautosim.com.br

ACOMPANHE AS NOVIDADES DO MERCADO SEGURADOR.

Assine nossa newsletter diária. Mande email para sindsegrs@sindsegrs.com.br

Nos siga nas redes sociais:

